



NOVO ENSINO MÉDIO EM PAUTA: ESCUTA E REFLEXÃO COLETIVA

Relatório endereçado ao
Ministério da Educação

Deputada Federal
Tabata Amaral
(PSB-SP)
2023

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. DIAGNÓSTICO	4
2.1. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	5
2.2. OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS	6
2.3. AS DIRETRIZES VINDAS DO MEC	8
2.4. OUTROS PONTOS	9
3. PROPOSTAS	11
3.1. TERRITÓRIO	11
3.2. ITINERÁRIOS FORMATIVOS	11
3.3. FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA	12
3.4. ORGANIZAÇÃO DO NEM	13
3.5. OUTROS	13
4. CONCLUSÃO	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Novo Ensino Médio foi criado com a promessa de trazer mais autonomia sobre os currículos e de preparar os alunos para o mercado de trabalho a partir do aumento na quantidade de horas na escola, de mudanças nas disciplinas e da implementação de itinerários formativos. Entretanto, muitas das mudanças, além do próprio modelo de implementação, foram criticadas pela comunidade escolar. Entre os maiores problemas destacados, estão a ausência de um debate com a sociedade, a exclusão de disciplinas e as dificuldades de cada escola e relativas ao sistema de ensino estadual como um todo para a aplicação dos itinerários formativos.

Este relatório compila as principais demandas, críticas e proposições realizadas no Seminário “Novo Ensino Médio em Pauta: Escuta e Reflexão Coletiva”, realizado pela deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) em 27 de maio de 2023 por conta da suspensão do cronograma de implementação do plano por 60 dias para a avaliação e reestruturação do programa.

Em relação ao diagnóstico, os principais pontos levantados são: a falta de participação popular na concepção do modelo; problemas na implementação dos itinerários formativos; e a falta de clareza nas diretrizes vindas do Ministério da Educação. Outros pontos levantados foram: a ausência de incentivos para coibir a evasão escolar; a deficiência na quantidade de professores na rede estadual; a obsolescência do currículo frente aos avanços tecnológicos; a sobrecarga sobre os docentes da rede estadual; e a falta de inclusão de alunos com deficiência.

Percebe-se que as propostas se relacionam principalmente ao território - à comunidade de alunos, pais e professores nos arredores das escolas; lugares onde as redes de trocas se estabelecem mais diretamente e onde os alunos têm maior vivência -, à revisão dos itinerários formativos, à formação da docência, à organização do Novo Ensino Médio (NEM), bem como a outros temas correlatos.

Espera-se, a partir do diagnóstico e das propostas, que esse documento contribua com o debate sobre o Novo Ensino Médio, que deve ser uma política pública bem embasada e que considere as particularidades e desafios educacionais do Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio foi criado com a promessa de trazer mais autonomia sobre os currículos e de preparar os alunos para o mercado de trabalho a partir de um aumento na quantidade de horas passadas na escola, de mudanças nas disciplinas tradicionalmente oferecidas e da implementação dos itinerários formativos. Entretanto, muitas das mudanças, além do próprio modelo de implementação, foram criticadas pela comunidade escolar. Entre os maiores problemas destacados, estão: a falta de um debate com a sociedade (tanto em relação a especialistas da educação quanto aos próprios alunos e docentes); a exclusão de disciplinas (no lugar das disciplinas tradicionais, há uma troca por quatro áreas de conhecimento integradas); e as dificuldades prática e estrutural - dificuldades de cada escola e relativas ao sistema de ensino estadual como um todo - para a aplicação dos itinerários formativos (há sobrecarga de atribuições e dificuldade para dar as aulas). Esses fatores aprofundam as desigualdades educacionais que já existem na sociedade brasileira.

O Seminário “Novo Ensino Médio em Pauta” foi organizado pela deputada federal Tabata Amaral e ocorreu no dia 27 de Maio de 2023, das 9h30 às 12h30 na Escola Estadual José Geraldo de Lima, localizada na Zona Sul de São Paulo. O objetivo foi promover um debate plural sobre a implementação do Novo Ensino Médio com participação de alunos, professores, gestores públicos da área da educação, acadêmicos e organizações do terceiro setor atuantes na pauta. Este relatório é endereçado ao Ministério da Educação (MEC) tendo-se em vista a consulta pública do órgão sobre o tema.

Foram realizados dois painéis com temas específicos e diferentes convidados. O primeiro, “Novo Ensino Médio: diagnósticos e principais desafios da implementação em São Paulo”, contou com 4 painelistas: Carolina Maria dos Santos Rocha (professora da E.E. José Geraldo de Lima), Isabela Nascimento Gomes (aluna da E.E. José Geraldo de Lima), Wesla Monteiro (membro do Conselho Deliberativo do Mapa Educação) e Ivan Siqueira (Professor da Universidade Federal da Bahia e ex-presidente do Conselho Nacional de Educação). Posteriormente, houve um momento de microfone aberto em que o público fez perguntas e considerações. O segundo painel, “O Ensino Médio que queremos para São Paulo”, teve 5 painelistas: José Guilherme Zago (Professor da

rede estadual), Kauany Victória Firmino de Sousa Pacheco (aluna da E. E. Ibrahim Nobre), Wagner Neves (Diretor da E.E. José Geraldo de Lima), Fernanda Paranhos (coordenadora da mesma escola) e Telmiston Pereira Carvalho Filho Guajajara - daqui para frente identificado como Tel Guajajara -, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por fim, ocorreu um novo momento de microfone aberto.

2. DIAGNÓSTICO

Um ponto salientado nas falas ligadas ao diagnóstico foi o fator limitante do Novo Ensino Médio (NEM) no que se refere ao desenvolvimento dos alunos. Uma das participantes resumiu o que pode ser a essência da discussão, dizendo que “o Novo Ensino Médio tem limitado a amplitude dos sonhos dos estudantes.”

De que forma ocorre essa limitação? Alguns dos pontos de convergência assinalados neste relatório são: (1) a participação popular na concepção e implementação; (2) os itinerários formativos; e (3) as diretrizes vindas do Ministério da Educação. Outros pontos trazidos são: (i) a evasão escolar; (ii) a falta de professores na rede estadual; (iii) a obsolescência do currículo frente aos avanços tecnológicos; (iv) a sobrecarga sobre os docentes da rede estadual; e (v) a falta de inclusão de alunos com deficiência.

Temas transversais a vários dos itens e subitens são a inadequação do NEM frente à realidade das comunidades escolares e de seus territórios, bem como a desigualdade entre as redes pública e privada na implementação até agora.

Vale dizer que a maioria dos problemas diagnosticados já vêm de antes da concepção do NEM. Acreditamos que o novo formato do Ensino Médio tenha exacerbado esses pontos. Com tantos pontos apontados, fica clara a importância deste debate e de outros para a melhoria desta que é uma política pública chave para a educação dos nossos jovens e para o futuro do Brasil.

2.1. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Antes da implementação do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação (MEC) previa um “um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar”¹. Entretanto, relatos colhidos no seminário de 27 de maio demonstram que essa não foi a percepção de muitos alunos e professores. Podemos dividir esse argumento em dois pontos:

(1) Participação dos professores e do restante da comunidade escolar na discussão com o MEC

Um dos primeiros convidados apontou a falta de comunicação entre o MEC e alunos e docentes: “Não tem como fazer mudança curricular sem os professores saberem”. Outra participante concorda que faltou diálogo com os professores. E acrescentou: “não tem como acontecer sem olhar para o professor, o principal agente da educação.” No momento de microfone aberto, foi denunciada a falta de sintonia entre o governo federal e as comunidades escolares.

Outro participante analisou a falta de diálogo sob um ponto de vista estrutural, em especial no que se refere a minorias e estudantes de territórios periféricos. O painelistas afirmou que “a escola pública e universidades não foram ambientes pensados para nós [indígenas, pessoas periféricas etc.]”. E propôs: “vamos discutir um NEM com debates nas escolas; não de cima para baixo.”

(2) A não adequação dos itinerários oferecidos às comunidades escolares e às trajetórias individuais dos alunos

Para a construção desse ponto, foram importantes falas como a de uma das participantes, que afirmou que “esses alunos chegam de realidades diversas, e não sabemos se teve um Ensino Fundamental pleno com todos os professores. Se durante o ano ele teve os professores, se houve ausência, se a escola tinha a estrutura para que essa aprendizagem seja

¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas#:~:text=E%20o%20que%20s%C3%A3o%20os,poder%C3%A3o%20escolher%20no%20ensino%20m%C3%A9dio.>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

significativa.” E finalizou: “é preciso mapear.” Outra integrante das mesas reforçou o ponto questionando: “será que os alunos tiveram uma base boa para saberem escolher seus itinerários?” Na sequência, ela propôs projetos de vida para os itinerários e a criação de itinerários de fato compatíveis com os territórios e alunos. Um dos participantes reforçou a necessidade de foco nos projetos de vida e explicou a necessidade de as escolas ensinarem habilidades básicas: “Precisamos pensar além dos muros da escola. Os itinerários devem ser em menor número, com ênfase no básico. O que é um cabeçalho?”

2.2. OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

O que são os itinerários formativos?

Segundo o Ministério da Educação (MEC),

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar².

Em tese, os itinerários formativos complementarizam a formação dos alunos no que se refere às disciplinas obrigatórias e, ao serem oferecidos em mais de uma forma, permitiriam a escolha dos estudantes, o que tornaria o ensino mais atraente.

² Idem.

Diagnóstico de implementação

Os pontos trazidos no seminário de 27 de maio podem ser agrupados em duas temáticas:

(1) O preparo das escolas para a oferta dos itinerários formativos

Alguns dos painelistas expressaram preocupação com a compatibilidade entre a formação dos professores da rede estadual -- e até mesmo seus interesses em determinados temas -- e o teor dos itinerários que estes profissionais têm que ofertar. Um dos painelistas explicou que, nas PEIs (escolas do Programa Ensino Integral), os itinerários são atribuídos dado o perfil de cada professor". Entretanto, outra participante da mesa afirmou que "no Estado de São Paulo, os professores pegam os itinerários que sobram porque eles precisam complementar sua carga horária. Logo, eles nem sempre têm as qualidades para ministrarem seus itinerários." No momento seguinte, outra painelistista afirmou que "deveríamos pensar na estrutura de cada escola para os itinerários serem implementados."

Outra preocupação pertinente é a desigualdade entre as estruturas das escolas da rede pública e da rede privada. A diretora de uma escola estadual de Ensino Médio relatou no momento de microfone aberto que "na escola privada, os itinerários estão no horário noturno, no EAD [Ensino à Distância]". Dessa forma, não há redução na carga horária das matérias tradicionais e obrigatórias. Ela declarou também que nem sempre os alunos conseguem escolher os itinerários que desejam cursar: "Na minha escola tem 11 turmas de Ensino Médio. Trabalhamos com mais de 22 itinerários, mas abre a vaga na escola apenas para humanidades. O aluno tem direito de mudar a carga horária e o itinerário e a escola não está preparada. O histórico fica todo costurado." Uma aluna presente no seminário contou que "o ensino público tem defasagens, faltam matérias-base; é muito cansativo". Por outro lado, como apontado acima, as escolas privadas não comprometem a carga de disciplinas obrigatórias, o que pode acentuar as desigualdades entre as redes de ensino particular e estadual.

(2) A falta de alinhamento entre o conteúdo oferecido pelos itinerários formativos e o conteúdo cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares

No momento de microfone aberto, foi dito que muitos alunos tiveram que abrir mão de matérias básicas que caem no ENEM em função da necessidade de se cumprir uma carga de itinerários. Uma professora presente explicou que esta “é uma preocupação dos terceiros anos, é uma preocupação para o ENEM e para a faculdade pública”. Ela complementa afirmando que os alunos ficam inseguros com a sensação de despreparo para as provas de seleção em universidades. Uma aluna fez uma leitura complementar à da adequação dos itinerários ao vestibular e ao ENEM. Ela sugere que estas provas sejam adaptadas aos itinerários. No momento de microfone aberto, outra aluna complementou: “Tenho medo de terminar a escola e fazer uma prova que vai cair conteúdo que não estou estudando. Os alunos estão tendo mais criatividade e autonomia, mas sem mudança nas provas não tem como atingir.”

2.3. AS DIRETRIZES VINDAS DO MEC

Este item cobre registros sobre a falta de clareza e falta de objetividade nas diretrizes vindas do Ministério da Educação (MEC). Nesse ponto, os participantes da audiência explicitaram algumas imprecisões. Uma painelistas disse que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) precisa ter um objetivo em relação aos itinerários formativos. Outra pessoa presente afirmou no microfone aberto que o currículo deve ser pré-definido pelo MEC: “hoje cada rede define seus itinerários, mas não tem matérias obrigatórias ou currículos obrigatórios. Fica muito aberto.” Ela complementou: “no Estado de São Paulo, os itinerários chegam com um mapa, sem componentes curriculares. Não sabemos o que será apresentado no próximo semestre, não tenho como planejar essa transição. Esse material que temos, não tem definição clara do que temos que trabalhar.”

2.4. OUTROS PONTOS

Dentre os outros pontos ligados ao Novo Ensino Médio discutidos na audiência, destacam-se:

(1) A evasão escolar

Este ponto se refere à evasão em especial de alunos negros. Um dos painelistas ressaltou que “olhando os dados, de antes da pandemia, de cada 100 estudantes que entram no Ensino Fundamental I, 1/3 dos negros não entram no Ensino Médio (...) A reforma do Ensino Médio precisa atacar esse problema. Precisamos olhar os dados para pensar em políticas públicas efetivas. Nós gastamos muito mais com jovens que estão presos do que os que estão aqui. Temos que inverter essa ordem.” Uma aluna do Ensino Médio disse no microfone aberto que: “é complicado e difícil, a carga horária é muito grande, temos que escolher entre ajudar a família ou estudar, meus colegas se dobram para estarem na escola ou trabalharem.”

Ainda dentro desse tema, dados da organização Todos Pela Educação apontam que, em 2022, o número de jovens pretos e pardos que se matricularam e concluíram o Ensino Médio no Brasil foi semelhante ao que alunos brancos registraram em 2012. Há dez anos, 73% dos jovens brancos entre 15 e 17 anos frequentavam ou já haviam concluído o Ensino Médio no Brasil. Em 2022, esse número correspondia a 82,1%. Em paralelo, 52,8% dos jovens pretos e pardos - que, somados, constituem a população negra - com a mesma idade estavam em igual situação em 2012, e 72,3% deles frequentavam ou haviam terminado essa etapa escolar em 2022. O levantamento alerta que “o resultado de um ciclo de exclusão desse grupo sub-representado [alunos pretos e pardos] (...) é determinado por décadas de ausência de uma Educação para equidade das relações étnico-raciais.”³

³ Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-desigualdades-etnico-raciais-nas-matriculas-e-na-conclusao-do-em.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

(2) A falta de professores na rede estadual

A questão foi apontada por alguns participantes. Uma painelistas afirmou: “repetimos o problema de falta de professor, os alunos ficavam sem aula antes e continuam hoje.” De fato, dados levantados pela REPU (Rede Escola Pública e Universidade) apontam que, em agosto de 2022, 8,7% das aulas nos itinerários formativos não tinham um professor atribuído⁴.

(3) A obsolescência do currículo frente aos avanços tecnológicos

Nesse sentido, um dos painelistas afirmou que “temos que considerar o futuro com um passo para trás. Não vamos passar incólumes com as mudanças que já estão acontecendo. Com a Inteligência Artificial (IA), o professor vai ensinar o que? Vai ficar mais complexa a vida do professor. A mudança que estamos discutindo já está obsoleta. O que vai ser pedido do aluno no trabalho é outra coisa.”

(4) A sobrecarga sobre os docentes da rede estadual

Sob esse aspecto, foi dito também que “o currículo fica apertado, [o professor] muitas vezes dá duas aulas sobre uma matéria, depois troca, não tem tempo de aplicar uma metodologia.”

(5) A falta de inclusão de alunos com deficiência

Um dos participantes foi categórico ao afirmar que não há inclusão. Mas ressaltou que poderia haver e que “depende da escola, comunidade, pressão dos pais, porque temos leis que exigem. [...]. Temos normativas que são consideradas as melhores, mas não chegam na realidade por falta de recurso e formação dos professores.” É importante reconhecer que, apesar da extrema relevância, este ponto não tem vinculação direta com o NEM, devendo ser tratada em um escopo que transcende o tema.

⁴ Disponível em: <<https://www.gazetasp.com.br/estado/falta-de-professores-em-sp-preocupa-equipe-de-tarcisio/1117508/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

3. PROPOSTAS

Durante os dois painéis que ocorreram no Seminário, foram feitas algumas propostas sobre o futuro da implementação do Novo Ensino Médio. Conjuntamente, englobam: (1) considerações sobre o território; (2) a revisão dos itinerários formativos; (3) a formação da docência; e (4) a organização do NEM e outras propostas.

3.1. TERRITÓRIO

Uma constante para as proposições realizadas durante o Seminário foi o destaque da importância de se considerar o território na qual a escola está (seus índices de violência, a oferta de transporte público, o engajamento da comunidade e políticas públicas incidentes de maneira geral) e a estrutura das escolas (quantidade de professores e alunos, existência de laboratórios, tecnologias disponíveis para o ensino) para a implementação do NEM. Esse debate se iniciou a partir da afirmação de que a estrutura escolar deve ser estudada para que os itinerários sejam implementados de forma efetiva. Outro participante concordou, afirmando que o modelo deve atender à localidade, sem aprisionar os sonhos dos estudantes. Relacionado a isso, foi afirmado também que não necessariamente o espaço condiz com a necessidade do aluno, e que os itinerários formativos devem ser compatíveis com os territórios.

3.2. ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Como apresentado no diagnóstico, os painelistas e a população presentes no seminário concordam que os itinerários formativos precisam de uma revisão. Foi levantada a possibilidade de se pedir um mínimo de conteúdo para os itinerários, com pelo menos quatro áreas de conhecimento por escola. Além disso, as pessoas apontaram a dificuldade de implementar o NEM sem diretrizes do MEC. Uma parte da BNCC precisa ter objetivos em relação aos itinerários.

Além desses pontos, foi sugerido que todos os alunos do primeiro e segundo ano do ensino médio fizessem todos os itinerários formativos, e no terceiro ano

definissem qual deles seguirão. Um dos participantes trouxe a sugestão de que os itinerários deveriam ser 20% da carga horária extra, para dessa forma não prejudicar as disciplinas básicas e o ENEM. Ademais, foi dito que o ENEM deveria ter relação com os itinerários. Por fim, alguns participantes afirmaram que o NEM não deve ser revogado pois foi muito esforço para aplicá-lo, além de que os alunos têm o desejo de escolher e de ter os itinerários formativos. Entretanto, houve no seminário quem pedisse pela revogação total.

3.3. FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA

Outro ponto muito discutido durante o Seminário foi a importância de haver professores bem formados para a aplicação do NEM. Esse desafio deve ser reafirmado ao considerarmos os recursos humanos disponíveis para a educação brasileira: precisamos de profissionais qualificados que estejam preparados para apoiarem os estudantes na realização dos seus sonhos. Foi questionado o quanto o fato de termos professores formados no ensino à distância colabora com a nossa educação, e se sugeriu a obrigatoriedade de uma residência pedagógica - a partir da qual os futuros professores tenham experiência como educadores e consigam iniciar seu trabalho profissional com clareza prática das possíveis dificuldades, oportunidades e soluções inerentes ao trabalho do professor.

Ademais, afirmou-se que o MEC precisa dar um norte para o NEM, uma vez que, sem material didático para os alunos, ou direcionamentos da BNCC, não há o que os professores possam fazer: "Os professores precisam se preparar, precisam de tempo, e atualmente não se sabe o que darão em sala de aula em alguns meses."

3.4. ORGANIZAÇÃO DO NEM

Dentro desse tema, foram feitas proposições diversas - como a organização de alguns dos pontos principais para a implementação do NEM. Alguns participantes do seminário afirmaram que os alunos chegam às escolas vindos de realidades diversas. Ao mesmo tempo, as diretrizes do MEC parecem não considerar esses contextos educacionais específicos. Como exemplo, não parece que são feitas as perguntas: o aluno teve um ensino fundamental pleno, com todos os professores? A escola antiga tinha estrutura?

Foi sugerido durante o Seminário que haja um mapeamento desses pontos, considerando o contexto socioeconômico, para que a escola consiga aplicar uma estratégia condizente com cada estudante.

Além disso, os participantes trouxeram a possibilidade de implementação da Poupança Ensino Médio, que poderia diminuir a elitização e as desigualdades no Ensino Médio integral - uma vez que estudantes de baixa renda e que precisam complementar sua renda não têm condições de estudarem o dia inteiro, salvo se receberem algum auxílio financeiro. Com a poupança, o aluno não precisa escolher entre ajudar a família, alimentar-se ou estudar. O Projeto de Lei (PL) nº 54/2021, de autoria da deputada federal Tabata Amaral, prevê que estudantes recebam uma quantia a cada etapa concluída do segmento um adicional caso garantam nota na média ou superior no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Afirmou-se ainda que essa poupança precisa corresponder a uma quantia razoável, e não de R\$100,00.

3.5. OUTROS

Além das proposições acima, alguns painelistas e a população fizeram comentários variados. Estes trouxeram a importância de se olhar para os dados educacionais, de se considerar que parte do currículo é internacional - há matérias que devem ser dadas para o entendimento de avanços científicos e sociais como um todo - e que não temos como fugir desse fato sem prejudicarmos os alunos. Assim, são necessários docentes que saibam aplicar a interdisciplinaridade, dando embasamento tanto para alunos que pretendem

ir para a faculdade quanto para os alunos que não pretendem fazê-lo.

Além disso, foi comentada a importância de que setores público, privado e sociedade civil se relacionem. Por exemplo: uma pessoa citou empresas que desempenham um papel importante na formação de funcionários que não tiveram uma educação plena na escola, e esse tipo de ação pode ser aproveitada pela educação básica. A pergunta que ficou é: como aproveitar as empresas e levar isso para as escolas? Por fim, como já mencionado acima, um dos painelistas se posicionou a favor da revogação total do NEM, enquanto outros afirmaram que o NEM deve ser pensado para acolher os alunos, impedir a evasão, e tornar a escola um espaço ao qual os alunos se sintam pertencentes.

4. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou as discussões que ocorreram no Seminário “Novo Ensino Médio em Pauta”, com objetivo de apresentar ao MEC o diagnóstico e proposições realizadas durante o evento.

Foi possível concluir a partir do Seminário que esta política pública precisa de uma revisão para sua aplicação eficaz. Com as observações e análises de alunos, professores, gestores públicos da área da educação, acadêmicos e organizações do terceiro setor atuantes na pauta - todos agentes afetados pelo NEM -, ficou evidente que muitos acreditam que a política precisa ser revisitada, levando-se em consideração os desafios estruturais das escolas, os sonhos dos alunos, as formações dos professores, o apoio do MEC e as dificuldades socioeconômicas dos discentes.

Apesar disso, a grande maioria dos agentes acredita que a política faz sentido, e que os alunos devem ter maior protagonismo na sua própria educação. Entretanto, a atuação do MEC deixou diversas lacunas aqui apresentadas, o que não é problemático ao considerarmos o seu papel na coordenação das políticas educacionais.

seg 30/10/2023 20:40

Dep. TABATA AMARAL

Relatório 'Novo Ensino Médio em pauta; escuta e reflexão coletiva'

Para Comissão de Educação/DECOM

Mensagem novo ensino médio relatório atualizado.pdf (1 MB)

Senhor Dep. Moses Rodrigues, Presidente da Comissão de Educação,

No dia 27 de maio deste ano realizamos "Seminário no Estado de São Paulo para debater o Novo Ensino Médio", cuja realização foi autorizada pela Comissão de Educação com a aprovação do REQ 114/2023.

Com a chegada do PL 5230/2023, que altera a política nacional de ensino médio, ao Congresso Nacional, achamos que seria valioso compartilhar as contribuições trazidas pelos participantes do Seminário sobre os principais desafios da implementação do NEM em São Paulo, com o objetivo de subsidiar o Congresso na análise e aperfeiçoamento da matéria, para construirmos um ensino médio que realmente favoreça a aprendizagem, reduza a evasão escolar e faça sentido para a vida da nossa juventude.

Solicitamos, portanto, que o relatório, em anexo, do Seminário Estadual 'Novo Ensino Médio em pauta; escuta e reflexão coletiva' chegue à ciência da Comissão de Educação e que seja disponibilizado em sua página da web.

Atenciosamente,

Deputada Tabata Amaral (PSB/SP)